

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

As esquerdas no pós-ditadura, a democracia brasileira e o tempo presente

The left in the post-dictatorship, Brazilian democracy and the present time

Fernando Perlatto¹

Resumo: O presente artigo adota uma perspectiva histórica de mais longa duração para refletir sobre as esquerdas brasileiras no pós-ditadura, período ainda pouco analisado pela historiografia. Sugere-se a hipótese segundo a qual, a despeito da experiência da derrota após o golpe de 1964 e a ditadura instaurada no país, os partidos políticos e os movimentos sociais progressistas tiveram papel relevante nas lutas pela redemocratização e na construção da democracia brasileira no tempo presente. Para sustentar o argumento proposto, em diálogo com a bibliografia especializada, procura-se analisar a trajetória das esquerdas no Brasil em diferentes momentos históricos pós-ditadura, destacando os processos de fragmentação partidária e de pluralização dos movimentos sociais. Além disso, busca-se propor que, apesar de derrotas importantes, as forças progressistas contribuíram, do ponto de vista institucional, para a formulação de políticas públicas inovadoras e inclusivas e, do ponto de vista social, para a renovação do repertório da política e da esfera pública brasileira, com novos sujeitos, temas e agendas.

Palavras-Chave: esquerdas; pós-ditadura; democracia.

Abstract: This article adopts a long-term historical perspective to reflect upon the Brazilian left wing in the post-dictatorship period, which is still insufficiently analyzed by historiography. It advances the hypothesis that, despite the defeat after the 1964 coup and the dictatorship established in the country, political parties and progressive social movements played a significant role in the struggles for re-democratization and the construction of Brazilian democracy in the present time. To support this argument and in dialogue with the specialized bibliography, we analyze the trajectory of the left wing in Brazil at different historical moments after the dictatorship, highlighting the processes of party fragmentation and pluralization of social movements. We also propose that, despite having faced important defeats, the progressive forces contributed to the formulation of innovative and inclusive public policies from an institutional point of view and to the renewal of the repertoire of Brazilian politics and public sphere with new agents, topics, and agendas from a social point of view.

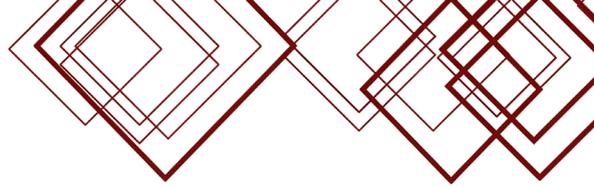
Keywords: left wing; post-dictatorship; democracy.

1 Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. É graduado em História pela UFJF, com Mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), com estágio doutoral no Institute for Public Knowledge, da New York University (IPK-NYU). É Bolsista de Produtividade do CNPQ - Nível 2. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4301-0826>. E-mail: perlatto.fernando@ufjf.br



A produção historiográfica sobre o golpe de 1964 e a ditadura que então se seguiu tem crescido substantivamente ao longo dos últimos anos. As efemérides, em especial, têm sido momentos propícios para a publicação de livros, artigos, organização de dossiês em periódicos e seminários acadêmicos (FICO, 2017). Se é possível identificar divergências nas interpretações historiográficas sobre as razões do golpe, os atores envolvidos no processo e as características que o regime assumiu, é consenso na produção acadêmica que as forças que mais sofreram as consequências de 1964 foram as esquerdas.² De uma parte, os partidos progressistas da ordem de 1946 – em especial, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – foram os mais atingidos no período posterior ao golpe, com perseguições, cassações de mandatos e o exílio de suas principais lideranças políticas – como João Goulart, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes –, mas também com a proibição do funcionamento dessas legendas, com a decretação do Ato Institucional Número 2, de 1965, que estabeleceu o bipartidarismo no Brasil. De outra parte, militantes dos movimentos sociais progressistas – como aqueles associados às Ligas Camponesas, à União Nacional dos Estudantes (UNE) e ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – foram brutalmente reprimidos após o golpe de 1964, assim como aqueles que buscaram construir as resistências a partir de movimentos culturais e de organizações de luta armada, que se

2 O conceito de “esquerdas” e “progressistas” neste artigo é utilizado para se referir a partidos políticos e movimentos sociais, que, a despeito de suas particularidades, estão orientados para: (1) a defesa do papel do Estado na regulação do livre-mercado; (2) a promoção da redistribuição de renda e dos direitos sociais; (3) a execução de políticas afirmativas de reconhecimento das “minorias”; (4) a promoção de espaços de participação popular para além dos instrumentos da democracia representativa; (5) a preocupação com questões vinculadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Apesar das proximidades, as esquerdas e as forças progressistas podem variar em seu radicalismo, com algumas defendendo *reformas* e outras pautando *rupturas* com o Estado burguês. Estas definições foram elaboradas em diálogo com trabalhos de Bobbio (1995) e Giddens (1996).



expandiram nos anos 1960 (RIDENTI, 2014; NAPOLITANO, 2014).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, na sequência da redemocratização do país, os estudos sobre as esquerdas tiveram um *boom* na historiografia, motivados, sobretudo, pelo interesse na compreensão das resistências que ocorreram durante a ditadura. Ainda que o foco privilegiado tenham sido as pesquisas dedicadas às organizações da luta armada, diversos trabalhos foram publicados, interessados na compreensão das trajetórias dos principais partidos da esquerda brasileira e de suas lideranças políticas, mas também no entendimento de organizações ligadas aos movimentos sindical, estudantil e de luta pela reforma agrária e democratização da terra.³ Na primeira década dos anos 2000, muito influenciados pela originalidade da experiência da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, os estudos também tiveram um crescimento relevante, com trabalhos importantes sendo publicados sobre o tema. Os volumes das coletâneas organizadas por Daniel Aarão Reis e Jorge Ferreira, *As Esquerdas no Brasil* e *História do Marxismo no Brasil*, editadas por João Quartim de Moraes, Daniel Aarão Reis, Marcos Del Roio e Marcelo Ridenti, assim como a existência do Grupo de Trabalho sobre Partidos e Movimentos Sociais de Esquerda nos congressos da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) são exemplares dessa atenção sobre as forças progressistas na história republicana brasileira.

A despeito da permanência do interesse sobre os partidos políticos e os movimentos sociais de esquerda, os últimos anos testemunharam uma “virada historiográfica” relevante, com o deslocamento da

³ Para um panorama desses estudos, ver, entre outros, os artigos publicados no Volume 3 da coletânea “As Esquerdas no Brasil”, intitulado *Revolução e Democracia* (REIS; FERREIRA, 2007).



atenção dos pesquisadores para os estudos das direitas, sobretudo das extremas-direitas. A conjuntura política que o Brasil vivenciou, marcada pelo fortalecimento de lideranças e de organizações vinculadas a esse campo político, teve impacto direto sobre a produção historiográfica. Em tempos recentes, diversos trabalhos foram publicados sobre o tema, assim como organizados grupos de pesquisa e eventos para debater essa temática.⁴ Diante desse cenário, ainda que pesquisas sobre as esquerdas permaneçam sendo realizadas – com trabalhos importantes sendo elaborados nos programas de pós-graduação no Brasil, que têm, inclusive, chamado a atenção para as especificidades regionais dos partidos e movimentos sociais progressistas –, torna-se necessária uma reflexão de mais largo alcance sobre as trajetórias dos partidos, das lideranças e das organizações ligadas a esse campo político, cobrindo, sobretudo, o período do pós-ditadura e o tempo presente⁵, período ainda pouco analisado pela historiografia.

O presente artigo se insere nessa agenda de reflexão. Em diálogo com a bibliografia especializada, busca-se refletir sobre as tendências das esquerdas no Brasil no pós-ditadura, em uma perspectiva histórica de mais longa duração. Nesse sentido, o que se pretende destacar é que, mesmo com os impactos do golpe de 1964 e das repressões ocorridas durante o regime militar, as forças de esquerda souberam se renovar no período pós-ditadura, construindo partidos políticos, movimentos sociais e organizações na sociedade civil, que, não obstante seus limi-

4 Entre as publicações historiográficas recentes sobre o tema, ver, por exemplo, MOTTA et. all (2019); GONÇALVES & NETO (2020); TEIXEIRA DA SILVA et. all. (2023).

5 Ainda que reconhecendo as especificidades da bibliografia relacionadas ao conceito de “tempo presente”, cujo termo não se circunscreve a uma dimensão somente cronológica, este artigo mobiliza o conceito para abordar a história mais contemporânea do país, considerando o período pós-redemocratização. Para uma discussão sobre o tema, ver, entre outros: FERREIRA (2018) e MÜLLER & IEGELSKI (2022).



tes e contradições, demonstraram vitalidade. Sem quaisquer pretensões apologéticas, o que se busca enfatizar, portanto, é que, apesar da *experiência da derrota* na ditadura – para dialogar com Perry Anderson (2004) em sua análise sobre o marxismo ocidental –, as esquerdas brasileiras – em suas diferentes tradições comunista, socialista e social-democrata –, do ponto de vista institucional e social, tiveram papel relevante para a construção da democracia brasileira no pós-ditadura, contribuindo tanto para a proposição de políticas públicas e iniciativas institucionais inclusivas e participativas, quanto para a renovação do repertório da política e da esfera pública brasileira, com novos sujeitos, temas e agendas.

Para construir essa reflexão histórica de mais longa duração sobre as esquerdas no pós-ditadura, buscaremos analisar o cenário partidário das esquerdas, que passou por um processo de *fragmentação* relevante nas últimas três décadas, apesar da construção gradativa de uma hegemonia no campo pelo PT. Se no período da ditadura, os setores progressistas concentraram as lutas institucionais em torno do MDB, no pós-redemocratização, novos partidos foram se constituindo, que renovaram o quadro partidário no Brasil e modificaram a cena institucional, tanto atuando nas oposições, quanto nos governos municipais, estaduais e federal, com a proposição de iniciativas institucionais e políticas públicas inclusivas e participativas. Já do ponto de vista social, no que concerne aos movimentos sociais progressistas, o que se viu no período pós-ditadura foi uma maior *pluralização* das pautas, dos repertórios e das estratégias de organização e de mobilização. Se no período anterior ao golpe de 1964, as reivindicações dos coletivos progressistas estiveram mais centradas na questão do trabalho e da democratização da terra, no período pós-ditadura, ainda que essas preocupações permanecessem relevantes, elas foram gradativamente sendo ampliadas



para contemplar outras pautas, mobilizadas por novos sujeitos sociais na esfera pública, a partir de diferentes repertórios e formas de lutas.

18

Para analisar esses processos de fragmentação partidária e de pluralização dos movimentos sociais ligados às esquerdas no Brasil pós-ditadura, abordaremos três momentos históricos. Em primeiro lugar, focaremos no período do pós-redemocratização, marcado pela atuação das forças progressista na Constituinte de 1987-1988, pela disputa pela hegemonia partidária no campo das esquerdas entre o PT e o Partido Trabalhista Brasileiro (PDT), bem como pelas resistências construídas às reformas propostas pelos governos de Fernando Collor de Mello (PRN) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Na segunda parte, analisaremos o momento que se seguiu à chegada do PT ao governo federal, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 2002, período marcado pela implementação de políticas públicas progressistas, mas também por uma maior fragmentação partidária no campo das esquerdas, como resultado dos limites e contradições dos mandatos petistas. Por fim, centraremos a atenção sobre o contexto de recrudescimento da crise política no Brasil, a partir de 2013, que levou ao desmonte da estrutura partidária construída no pós-redemocratização, ao fortalecimento da extrema-direita e ao fim da Era PT, com o impeachment de Dilma Rousseff e a chegada ao poder de Michel Temer (PMDB) e Jair Bolsonaro (PSL). Paralelamente a esta história institucional, o artigo busca também chamar a atenção para o processo de fortalecimento de movimentos sociais progressistas, que, a despeito das experiências de derrotas, trouxeram, no pós-redemocratização, novos repertórios e pautas para a agenda política e a esfera pública, além de novas formas de organização e de mobilização, que problematizaram e ampliaram os cânones tradicionais das agendas das esquerdas.



A redemocratização e as esquerdas brasileiras no pós-ditadura

O contexto de redemocratização do Brasil pode ser inserido nos marcos daquilo que o cientista político Samuel Huntington (1994) chamou de “terceira onda da democratização”. Na sequência da Revolução dos Cravos, em Portugal, em 1974, ocorreu uma expansão da democracia por diferentes países da América Latina, da África e do Leste Europeu, colocando fim a uma sequência de experiências autoritárias. Ao longo dos anos 1970, o Brasil iniciou um processo gradual de democratização política, que se acelerou ao longo da década de 1980, marcado, por um lado, pela conservação de elementos do passado - em decorrência da transição pactuada, “lenta, gradual e segura”, conduzida “pelo alto” pelas elites políticas militares -, mas, por outro, por mudanças substantivas, que marcariam a redemocratização do país, impulsionadas por novos sujeitos sociais que ganhavam espaço na cena política brasileira (TEIXEIRA DA SILVA, 2019). Nesse sentido, ainda que a transição brasileira possa ser compreendida como um “híbrido” de um processo “transicional” e “transacional” - por ter sido caracterizada por uma longa duração e baseada na negociação -, ela foi também impulsionada por elementos importantes de transformação (REIS, 2014).

O período pós-ditadura no Brasil foi marcado pelo recrudescimento dos movimentos sociais progressistas e dos partidos de esquerda. Não obstante a força política mantida pelas legendas conservadoras na década de 1980, oriundas, sobretudo da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – que se converteu no Partido Democrático Social (PDS), que, posteriormente, se desdobrou em outras legendas⁶ –, e dos segmentos civis mais à direita – que se

⁶ Para uma discussão sobre as forças partidárias no pós-ditadura, ver, entre outros: FREIRE (2014).



colocaram contra a redemocratização ou que buscavam conferir a ela um sentido mais lento –, as esquerdas se mobilizaram e tiveram papel importante ao longo desse período. A reorganização dos movimentos sociais no contexto pós-redemocratização – atestada, por exemplo, nas greves do ABC paulista no final dos anos 1970 e na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, na formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984, na força das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na reorganização de diversos setores da sociedade civil ao longo desse período, quando “novos personagens entraram em cena” (SADER, 1988) – contribuiu substantivamente para esse cenário. Apesar do contexto internacional em sentido contrário, marcado pelo fortalecimento do neoliberalismo e pela crise do keynesianismo, essa presença progressista na cena política colaborou para que a Constituinte de 1987-1988, embora com maioria parlamentar conservadora, liderada pelo chamado “Centrão”, formulasse um texto como a Constituição de 1988, com perfil majoritariamente progressista. Este documento apontava para a construção de um Estado de Bem-Estar Social e a afirmação da pauta dos direitos civis, políticos e sociais (PILATTI, 2008; VISCARDI; PERLATTO, 2018).⁷

⁷ Ainda que muitos movimentos sociais progressistas e partidos de esquerda tenham se colocado em uma perspectiva crítica à Constituição de 1988 – a exemplo do PT, que se recusou a votar contra o texto final da Constituinte, em razão três fatores principais: “a intensa defesa do direito de propriedade, que dificultava a reforma agrária; a representação distorcida dos estados no Congresso, com sub-representação das unidades federativas maiores, onde o PT era mais forte (...); e o direito das Forças Armadas de intervir em questões de ordem interna” (ROCHA DE BARROS, 2022, p.138) –, eles contribuíram para avançar em pautas fundamentais para a ampliação da cidadania. Conforme destacado por Cláudia Viscardi e Fernando Perlatto (2018, p.452, grifos dos autores), “(...) a Carta Constitucional se direciona normativamente não apenas para a afirmação da *igualdade*, ao instituir políticas universalistas como o Sistema Único de Saúde (SUS), mas também da *diversidade*, ao apontar para novos caminhos no sentido de trazer para a agenda pública políticas orientadas para o combate ao machismo, à homofobia e ao preconceito racial”.



As décadas de 1980 e 1990 foram atravessadas por disputas pela hegemonia no campo partidário das esquerdas. A luta institucional progressista, concentrada durante o regime militar no MDB⁸, passou por um processo de reorganização no pós-ditadura, levando a um cenário de fragmentação no momento da abertura política. No âmbito do MDB permaneceram setores mais progressistas que tiveram papel importante nos embates pela redemocratização e na elaboração da Carta de 1988, muitos dos quais – como Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Serra – romperam com o partido para a criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988.⁹ O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que já vinha passando por fissuras internas desde o período anterior ao golpe de 1964 – quando muitos setores decidiram romper com a legenda, apostando na estratégia da luta armada – continuou se dividindo no processo de redemocratização, a exemplo da criação do Partido Popular Socialista (PPS), perdendo muito da força que tinha tido no período anterior, inclusive pela própria crise enfrentada pela URSS.¹⁰ Novos partidos foram constituídos neste contexto mobilizando agendas progressistas, quer seja reivindicando legendas existentes no período anterior ao AI-2, de 1965 – a exemplo do Partido

21

8 Para uma discussão sobre a trajetória do MDB e o papel desempenhado por alguns dos setores mais progressistas a ele vinculados, sobretudo a partir da década de 1970, ver, entre outros: MOTTA (1997).

9 Embora tenha nascido mais à esquerda, identificado com a tradição social-democrata, o PSDB foi gradativamente se deslocando para a centro-direita do espectro político. Sobre o processo de institucionalização do PSDB, ver, entre outros: ROMA (2002).

10 Para uma análise da trajetória do PCB no contexto da transição, ver, entre outros: REZENDE DE CARVALHO (2007). Uma das legendas oriundas do PCB, fundada antes mesmo do golpe de 1964, e que terá papel importante no período pós-redemocratização será o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com forte inscrição nos movimentos sociais, em especial no movimento estudantil, na UNE, com a União Juventude Socialista (UJS). Sobre o PCdoB, ver: SALES (2020).



Socialista Brasileiro (PSB), refundado em 1985 –, quer seja trazendo questões novas para o debate público brasileiro, como a questão ambiental, como foi o caso do Partido Verde (PV).

22

A despeito da importância desses partidos, ao longo dos anos 1980 e 1990 a disputa pela hegemonia política no campo das esquerdas se deu entre duas legendas, o PDT e o PT. O PDT foi fundado em 1979 sob a liderança política de Leonel Brizola como uma legenda que se colocava como herdeira direta do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Getúlio Vargas e João Goulart. Diante da impossibilidade de herdar a sigla PTB – em decorrência de disputas com a sobrinha de Getúlio Vargas, Ivete Vargas –, Brizola e outras lideranças políticas, como Darcy Ribeiro, constituíram um partido com forte inscrição no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, que defendia um “novo trabalhismo”, associado à agenda nacional-desenvolvimentista varguista e à defesa de um socialismo democrático, se vinculando diretamente à Internacional Socialista (IS). Ao longo dos anos 1980, o PDT foi se consolidando como um dos principais pólos articuladores da esquerda no país, obtendo vitórias institucionais importantes, com destaque para a eleição de Brizola, em 1982, para o governo do estado do Rio de Janeiro, ampliando, também, sua representação na Câmara dos Deputados e no Senado.¹¹

Já o PT foi fundado em 1980, tendo como principal liderança Luís Inácio Lula da Silva, sindicalista de destaque das grandes greves do ABC paulista do final dos anos 1970. Sua base central de sustentação política vinha do movimento sindical, de membros das CEBs e de intelectuais críticos ao chamado “populismo” varguista.

11 Para uma discussão sobre a fundação do PDT, ver: SENTO-SÉ (2007). Para uma análise sobre a trajetória de Leonel Brizola, ver, entre outros: FREIRE; FERREIRA (2016).



Ao longo dos anos 1980, o partido foi gradativamente ganhando força, elegendo vereadores e prefeitos, com destaque para a eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, em 1989. O partido se colocou, desde o início de sua trajetória, em oposição à tradição trabalhista – representada pelo PDT –, mas também à tradição comunista, defendendo um projeto socialista renovado. Constituindo-se como um partido de tendências, o PT foi, gradativamente, se fortalecendo no decorrer da década de 1980, enquanto passava por disputas internas importantes, que seguirão nos 1990, relacionadas, sobretudo, às discussões sobre o caráter socialista ou social-democrata do partido e as estratégias eleitorais a serem adotadas – que levaram, inclusive, a divisões, com a formação de novas legendas políticas, como o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).¹²

Ao longo desse período, a disputa entre PDT e PT se acirraria cada vez mais, tendo como marco decisivo a eleição presidencial de 1989, quando Lula passou, por margem apertada, à frente de Brizola, ao segundo turno para a disputa contra Fernando Collor de Mello, pertencente ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN).¹³ Apesar do apoio de Brizola, o candidato do PT acabou derrotado e as disputas entre as duas legendas se acirraram nos anos seguintes, com diferenças relevantes nas estratégias que os dois partidos adotaram para o enfrentamento ao governo eleito, inclusive no processo do impeachment, que levou à presidência seu vice, Itamar Franco (RO-

12 Sobre o PT, ver, entre outros: MENEGUELLO (1989); SECCO (2011); ROCHA DE BARROS (2022).

13 A eleição presidencial de 1989, além de PT e PDT, contou com a participação de outros candidatos pertencentes a partidos à de esquerda ou de políticos, que à época, mobilizavam agendas próximas às pautas progressistas, a exemplo, de Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PPS), Mário Covas (PSDB) e Fernando Gabeira (PV). Sobre a eleição presidencial de 1989, ver: FREIRE; CARVALHO (2018).



CHA DE BARROS, 2022, p.179). Além dos partidos políticos, os movimentos sociais progressistas – em especial, o movimento estudantil, com destaque para a UNE, que já havia desempenhado um papel relevante nas lutas pela redemocratização do país (MÜLLER, 2014) – participaram ativamente das mobilizações coletivas ocorridas ao longo de 1992 em torno da palavra de ordem “Fora Collor”, que pressionaram o Congresso Nacional e levaram ao afastamento do presidente da República (SALLUM JR., 2015).

24

Na eleição presidencial de 1994, PT e PDT ainda estiveram em candidaturas diferentes – quando Fernando Henrique Cardoso (PSDB), beneficiando-se do sucesso do Plano Real, foi eleito para o governo federal –, mas, em 1998, se coligaram, com Brizola sendo candidato a vice de Lula.¹⁴ Apesar de uma nova derrota para o candidato tucano, esse momento marcou, em certo sentido, a consolidação da hegemonia do PT no campo das esquerdas.¹⁵ Ainda que se reivindicando dentro de um campo político da centro-esquerda – orientado pela lógica da chamada “Terceira Via” (GIDDENS, 2005), que aproximou governantes como Bill Clinton, nos Estados Unidos e Tony Blair, na Grã-Bretanha –, os governos de Fernando Henrique Cardoso, pautados pela lógica da modernização econômica do país e pelo objetivo de “enterrar a Era Vargas”, marcaram a intensificação do processo de inserção do Brasil na globalização neoliberal. As

14 Na eleição presidencial de 1998, outros partidos políticos de esquerda ou candidatos que mobilizavam pautas progressistas participaram das disputas. Além da chapa Lula-Brizola, Ciro Gomes lançou sua candidatura pelo PPS, Alfredo Sirkis pelo PV e José Maria de Almeida pelo PSTU.

15 Celso Rocha de Barros sugere a hipótese de que um dos principais fatores que explica a conquista da hegemonia do PT no campo das esquerdas está ligada ao fato de que “o PDT não conseguiu se organizar fora dos estados onde o velho trabalhismo de Vargas havia sido historicamente forte” (ROCHA DE BARROS, 2022, p.155). Ao longo dos anos 1980 e 1990, “os petistas tiveram mais paciência e disciplina para construir seu partido nacionalmente do que os trabalhistas” (Idem).



reformas implementadas ao longo desse período, sobretudo aquelas relacionadas ao mundo do trabalho, tiveram amplo impacto sobre os sindicatos, base principal de organização do PT (CARDOSO, 1999).¹⁶

Não obstante o cenário politicamente adverso dos anos 1990, as forças progressistas e os partidos de esquerda – em especial o PT – tiveram avanços importantes. No campo institucional, o chamado “modo petista de governar” em cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte proporcionou a elaboração de experiências de gestão inovadoras e inclusivas – a exemplo do Orçamento Participativo –, que, além dos impactos locais no sentido de ampliar a participação popular na elaboração de políticas públicas, contribuíram para inserir o tema da democracia participativa como central para a preocupação de muitos dos partidos (WAMPLER; AVRITZER, 2010). Além disso, no próprio governo Fernando Henrique Cardoso, em decorrência da pressão dos movimentos sociais, algumas agendas progressistas avançaram, a exemplo daquelas vinculadas aos direitos humanos, como a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1995, e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, em 2001. No cenário social, a conjuntura dos anos 1990 foi marcada pelo fortalecimento das lutas pela democratização da terra e contra a violência no campo, levadas adiante pelo MST – a exemplo dos protestos contra o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996 –, e também pela construção de estratégias de resistência aos avanços do neoliberalismo, não apenas em âmbito nacional – como evidenciado

25

¹⁶ As reformas neoliberais ocorridas nesse período, orientadas para o estabelecimento de um “Estado mínimo”, contribuíram para que o PT fizesse um deslocamento político importante, passando, cada vez mais, a valorizar aspectos centrais do nacional-desenvolvimentismo varguista, do qual fora crítico desde a sua fundação. Para uma discussão sobre esses deslocamentos políticos do PT, ver, entre outros: PERLATTO (2019).

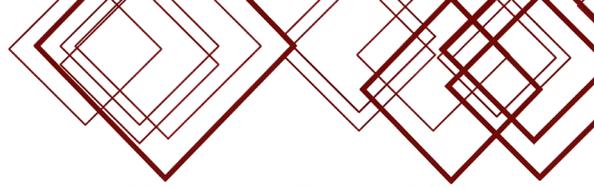


pela greve dos petroleiros, em 1995 –, mas também em uma dimensão internacionalista, a partir da organização de um espaço como o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, a partir de 2001, como forma de se contrapor ao Fórum de Davos e formular alternativas à globalização hegemônica (GOHN, 2019).

As esquerdas brasileiras e a Era PT

26 As vitórias de Lula nas eleições presidenciais de 2002 e 2006 – quando derrotou, respectivamente, José Serra (PSDB) e Geraldo Alckmin (PSDB) – e as eleições posteriores de Dilma Rousseff – que venceu em 2010 José Serra (PSDB) e em 2014 Aécio Neves (PSDB) – modificaram substancialmente a presença das esquerdas no Brasil.¹⁷ Em 2002, pela primeira vez, desde a redemocratização, um partido como o PT, que se reivindicava abertamente pertencente a este campo político, chegava à presidência da República, permanecendo durante treze anos no poder. Ao longo deste período, o PT implementou políticas sociais progressistas, orientadas por um “reformismo gradual”, nos termos de André Singer (2012). Essas iniciativas – a exemplo do Programa Bolsa Família, do aumento do salário mínimo, da formalização do emprego e da expansão do crédito – possibilitaram o combate à pobreza e uma maior inclusão social. Além disso, fez enfrentamentos políticos importantes, como a implementação da política de cotas nas universidades federais e

¹⁷ Nas eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014, outros partidos de esquerda ou políticos que mobilizavam pautas progressistas se candidataram, como Ciro Gomes (PPS), Anthony Garotinho (PSB), Ruy Costa Pimenta (PCO) e José Maria de Almeida (PSTU), em 2002; Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT), em 2006; Marina Silva (PV), Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), José Maria de Almeida (PSTU), Ivan Pinheiro (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO), em 2010; Marina Silva (PSB), Luciana Genro (PSOL), Eduardo Jorge (PV), José Maria de Almeida (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO), em 2014.



a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, que buscou investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. Mas também, nesse período, o partido adotou posições políticas conservadoras, que impossibilitaram um enfrentamento mais estrutural à desigualdade social do país. Os limites e as contradições das iniciativas do PT frente ao governo federal resultaram em novas divisões no campo das esquerdas, destacando-se, no âmbito institucional, a fundação, em 2004, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e a saída de Marina Silva do governo Lula e seu rompimento com o PT, em 2008. No campo social, destaca-se o surgimento de novas organizações que procuravam disputar nos movimentos sociais a hegemonia no campo progressista conquistada pelo PT.¹⁸

Os anos dos governos do PT na presidência da República também foram marcados por uma reconfiguração da geopolítica global, que possibilitou a construção de redes e articulações políticas com outros países progressistas, em especial na América Latina. Entre o final da década de 1990 e início do século XXI, diferentes governos que foram eleitos na região, na chamada “onda rosa” – como Néstor Kirchner e Cristina Kirchner (Argentina), Michelle Bachelet (Chile), Tabaré Vázquez e José Mujica (Uruguai), Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), Fernando Lugo (Paraguai) –, não obstante suas particularidades, caracterizaram-se pela implementação de políticas sociais amplas, que, embora, em alguns casos, conservassem a ortodoxia econômica dos governos anteriores, problematizavam os pilares do neoliberalismo

18 No campo sindical, por exemplo, ocorreu o surgimento de organizações que buscaram romper com a CUT, a exemplo da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Sobre este tema, ver: GALVÃO (2009).



(LIMA, 2008). Além disso, no que concerne à política externa, os governos petistas buscaram construir acordos comerciais e políticos com países da América do Sul – como o MERCOSUL e a UNASUL – e com outras nações do chamado “Sul global” – a exemplo da criação dos BRICS, em 2019, que, originalmente, reunia Brasil, Rússia, China e Índia –, voltados para uma integração mais ampla, de modo a possibilitar uma inserção mais soberana no cenário internacional (SADER, 2009).

28

Entre 2003 e 2016, anos em que o PT esteve à frente da presidência da República, o Brasil testemunhou uma reconfiguração importante dos movimentos sociais, com o fortalecimento de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a emergência de diversos coletivos e “esferas públicas subalternas” progressistas que, mobilizando novos repertórios e formas de organização mais horizontalizadas, passaram a pautar com mais força na esfera pública agendas relacionadas às lutas feminista, antirracista, indígena e antiLGBTQIA+fobia.¹⁹ Ainda que muitas dessas pautas já estivessem anteriormente presentes na cena social brasileira (ARAÚJO, 2000), foi a partir desse período que muitas delas passaram a ser mais ouvidas e ganhar maior relevância e protagonismo na esfera pública, potencializadas, inclusive, por políticas públicas implementadas pelos governos petistas. Para dialogar com as formulações do clássico debate entre Nancy Fraser e Axel Honneth (2003), as agendas do *reconhecimento* passaram a ocupar espaço cada vez mais importante nas demandas do campo progressista, provocando, inclusive, algumas disputas entre setores da esquerda, que acreditavam terem sido secundarizadas as reivindicações relacionadas às

¹⁹ Para a discussão sobre os movimentos sociais organizados que ganharam maior espaço nesse contexto, ver: GOHN (2019). Para uma discussão sobre as “esferas públicas subalternas”, ver: PERLATTO (2018).



pautas da *redistribuição*.

O período das gestões petistas à frente do governo federal coincidiu com mudanças relevantes de enorme impacto no mundo. De um lado, em 2008 e 2009, a maior crise econômica do capitalismo desde 1929, impactou profundamente a cena política, inclusive levando muitos analistas a perceberem um “retorno do Estado”, diante da crise vivida pelo neoliberalismo (CALHOUN; DERLUGUIAN, 2011). De outro lado, esse contexto testemunhou a emergência de um ciclo global de protestos, que, iniciado com a Primavera Árabe, em 2010, se espalhou como pólvora pelo mundo, com movimentos que tomaram as ruas em 2011, no Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e os “Indignados”, na Espanha (DELLA PORTA, 2015). Esse momento de intensa mobilização social, no qual se configuraram, nos termos de Manuel Castells (2013) “redes de indignação e esperança”, contribuiu para o surgimento de novos partidos políticos – a exemplo do Syriza, em 2013, na Grécia, e o Podemos, na Espanha – e para a projeção de políticos comprometidos com agendas voltadas para a problematização do sistema político então vigente e a exclusão social, como Bernie Sanders, do Partido Democrata, nos Estados Unidos, e Jeremy Corbyn, do Partido Trabalhista, na Grã-Bretanha. O sucesso editorial de uma obra como a do intelectual francês Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI*, publicada originalmente em 2013 e traduzido para o Brasil em 2014, diz muito sobre o clima de uma época no qual o tema da desigualdade social e a reflexão sobre o papel do Estado na economia passou a ganhar maior espaço no debate público (PIKETTY, 2014).



As esquerdas brasileiras, a crise política e o tempo presente

30

A partir de meados da década de 2010, o cenário político no mundo e no Brasil começou a se alterar gradativamente, com impactos diretos sobre os partidos e os movimentos sociais progressistas. No plano global, este período assistiu à eleição de lideranças políticas associadas à extrema-direita, como Viktor Orbán, na Hungria, Andrzej Duda, na Polônia e Donald Trump, nos Estados Unidos, além do crescimento do apoio a figuras como Nigel Farage, na Grã-Bretanha – que impulsionou, com o apoio de lideranças do Partido Conservador, como Boris Johnson, o Brexit, saída do Reino Unido na União Europeia, em 2016 –, Matteo Salvini, da Liga do Norte, Giuseppe Grillo, do Movimento 5 Estrelas, e Giorgia Meloni, do Partido Irmãos de Itália. Além disso, houve o crescimento da votação em partidos de extrema-direita, com pautas abertamente xenófobas e racistas, como o Vox, na Espanha, o Partido da Liberdade, na Áustria e AfD, na Alemanha (LOWY, 2015). Já na América Latina, a “onda rosa” perdeu seu ímpeto, com a eleição de políticos vinculados ao campo da direita, a exemplo de Mauricio Macri, na Argentina, Sebastián Piñera, no Chile, e Pedro Pablo Kuczynski, no Peru. Mais recentemente, a região assistiu ao fortalecimento de lideranças políticas de extrema-direita, como Javier Milei, na Argentina.

Esses movimentos globais representaram uma *reação* ou um movimento de *backlash*, para dialogar com Susan Faludi (1991), aos avanços e às demandas dos partidos e movimentos progressistas no período anterior. Se de um lado, ocorreu o fortalecimento de discursos contra o chamado “politicamente correto” – em oposição às agendas do reconhecimento –, de outro, se deu a expansão da agenda neoliberal, com ataques diretos às demandas por redistribuição de renda, em um movimento que Nancy Fraser (2019) denominou



como “neoliberalismo reacionário”, que ainda convive com o “neoliberalismo progressista”. Além disso, esses grupos e lideranças políticas de extrema-direita têm direcionado seus ataques às instituições democráticas liberais. Conforme destacado por diferentes analistas, uma vez conquistado o poder, eles procuram destruir a democracia “por dentro”, valendo-se de instrumentos legais e aparentemente constitucionais para fins antidemocráticos, voltados para fortalecer o poder Executivo, em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário, para promover o enfraquecimento da imprensa e a perseguição a opositores políticos, minando, gradativamente, as instituições da democracia liberal (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018; PRZEWORSKI, 2019). E na hipótese de não serem eleitos, buscam deslegitimar as instituições democráticas, insuflando rebeliões contra o sistema, como foi o caso nos Estados Unidos, com Donald Trump e a invasão do Capitólio, ocorrida em 06 de janeiro de 2021.

31

No caso do Brasil, em particular, o cenário começou a se modificar com mais intensidade, a partir de 2013. No mês de junho daquele ano, diversas manifestações tomaram as ruas do país, a princípio portando pautas progressistas – como a agenda do transporte público, mobilizada pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo –, com a presença forte de grupos mais próximos de um repertório associado ao ativismo da esquerda autonomista, mas também de movimentos e partidos progressistas mais tradicionais, portadores do repertório socialista. Porém, aos poucos, esses setores foram sendo deslocados por ativistas portadores de repertórios mais conservadores, liderados por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua e o Revoltados On Line, que portavam símbolos nacionais e gritavam palavras de ordem contra o sistema político, sobretudo com foco direcionado aos governos do PT (ALONSO,



2023). Em um período no qual o país assistia à realização de grandes eventos esportivos – como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) – e testemunhava os avanços das denúncias relacionadas à Operação Lava Jato, iniciada em 2014, as direitas, e setores de extrema-direita, intensificaram os protestos de rua, protagonizando grandes manifestações em 2015 e 2016, que defendiam o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (ROCHA, 2021).

32

Foi nesse contexto, no qual as forças progressistas, se viam mais acudadas e que grupos de extrema-direita começavam a ganhar maior destaque na esfera pública brasileira – inclusive com a ampliação de sua presença nos poderes legislativos, em especial na Câmara Federal (CODATO et. all, 2015) – que ocorreu o processo de destituição de Dilma da presidência da República. A despeito das resistências protagonizadas pelos setores progressistas – a partir de mobilizações organizadas pela “Frente Povo Sem Medo” e pela “Frente Brasil Popular” –, que portavam o discurso de “Não vai ter golpe”, o processo de impeachment contra Dilma foi efetivamente concluído em 2016 (SINGER, 2018; LIMONGI, 2023). Durante o governo de seu vice, Michel Temer (PMDB), apesar de todas as adversidades, as forças progressistas mantiveram a mobilização nas ruas, com manifestações que traziam a palavra de ordem “Fora Temer”, diante dos avanços da agenda neoliberal – com projetos como a PEC do Teto de Gastos (2016) e a Reforma Trabalhista (2017) – e de iniciativas que contribuíram para uma maior presença dos militares na política, que se intensificaria nos anos seguintes.

Porém, não obstante a importância dessas resistências, o cenário político para as esquerdas se tornou ainda mais complicado após a prisão de Lula, em abril de 2018, que o impediu de se can-



didatar na eleição seguinte, sendo substituído por Fernando Haddad (PT), que tinha como vice Manuela D'Ávila (PCdoB). A chapa que reunia duas jovens lideranças ligadas a partidos de esquerda não conseguiu deter a onda conservadora, que tomou o país a partir de 2013, e que possibilitou a eleição à presidência da República de Jair Bolsonaro (PSL), em outubro daquele mesmo ano.²⁰ Um político saudosista da experiência de 1964 chegava ao poder em um momento no qual “o Brasil dobrou à direita” (NICOLAU, 2020), com a ampliação da representação de grupos de direita e de extrema-direita nos poderes Executivo e Legislativo, e no qual o sistema partidário construído desde os anos 1990 – baseado na disputa nacional entre PT e PSDB, com a mediação do MDB – passava por um processo de desintegração e desmonte (AVRITZER, 2019; NOBRE, 2022).

O governo de Jair Bolsonaro se constituiu como um momento de derrotas importantes para as esquerdas. Para além da radicalização do projeto neoliberal para a economia defendido pelo Ministro da Fazenda, Paulo Guedes, dos projetos conservadores propostos ou levados adiante pelo poder Executivo e pelos Legislativos – a exemplo de ações contra o que denominavam de “ideologia de gênero”, de medidas restritivas ao aborto e dos ataques às agendas dos direitos humanos, como a extinção da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos –, segmentos associados a grupos conservadores e a pautas de extrema-direita se sentiram mais legitimados para perseguirem setores progressistas.²¹ Porém, apesar do avanço do conservadoris-

20 Na eleição presidencial de 2018, outros partidos de esquerda ou políticos que mobilizavam pautas progressistas se candidataram, como Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (REDE) e Guilherme Boulos (PSOL).

21 Para um panorama da discussão sobre os impactos do governo Bolsonaro e do “bolsonarismo” para a democracia, ver os artigos de historiadores e cientistas sociais que compõem a coletânea *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (Companhia das Letras, 2019).



34

mo, em um contexto adverso, marcado pela pandemia da COVID-19 e o negacionismo do governo Bolsonaro, as esquerdas conseguiram resistir em diferentes frentes. Isso ocorreu tanto do ponto de vista institucional – a partir da atuação de bancadas progressistas nos legislativos de todo o país, que buscaram barrar o avanço de agendas conservadoras –, quanto social, a exemplo de ações como o “Tsunami da Educação” – que consistiu em várias manifestações ocorridas em 2019 como forma de protesto contra os cortes na educação – e de vários atos, que ganharam as ruas em 2021 contra o autoritarismo do governo Bolsonaro. Além de ações dos partidos e dos movimentos sociais progressistas – que compunham frentes diversas, como “Povo Sem Medo”, “Brasil Popular”, “Coalizão Negra por Direitos”, “Instituto Marielle Franco”, a “Articulação dos Povos Indígenas pelo Brasil”, e “Central de Movimentos Populares” –, outras associações se organizaram ao longo daquele período com o objetivo de lutar pela preservação das instituições democráticas, a exemplo da “Comissão Arns” e do “Pacto pela Democracia”. Essas diferentes redes foram fundamentais não apenas para a construção de espaços de resistência, mas para que Bolsonaro pudesse ser derrotado por Lula, candidato do PT, nas eleições de 2022.²²

Conclusão

A experiência da derrota em 1964 marcou profundamente as esquerdas brasileiras. A deposição ilegal de um presidente progressista democraticamente eleito e os processos que se seguiram de

²² Na eleição presidencial de 2022, outros partidos de esquerda ou políticos que mobilizavam pautas progressistas se candidataram, como Ciro Gomes (PDT), Léo Péricles (Unidade Popular), Sofia Manzano (PCB) e Vera (PSTU). Nesta eleição, ocorreu um deslocamento eleitoral importante com o apoio do PSOL à candidatura de Lula.



repressão e de perseguição contra os partidos políticos e os movimentos sociais tiveram consequências relevantes para as esquerdas durante o período da ditadura, que se dividiu entre as estratégias das lutas armadas e institucional, no âmbito do MDB. Durante a transição e a primeira década da democracia no Brasil, em uma conjuntura adversa, as esquerdas sofreram novas derrotas e passaram por processos importantes de fragmentação. Não obstante isso, conseguiram resistir aos projetos conservadores e neoliberais daquele período, pressionando pela implementação de agendas progressistas importantes na Constituição de 1988 e inovando em iniciativas institucionais e políticas públicas inclusivas, quando tiveram a oportunidade de assumirem cargos nos legislativos e a condição de governo. O cenário aberto pela eleição de Lula em 2002 alterou o cenário para as esquerdas. Ainda que a correlação de forças permanecesse desfavorável para as forças progressistas, a conjuntura iniciada nos governos do PT – apesar de seus limites e contradições – possibilitou a implementação de políticas públicas progressistas, além de uma maior pluralização dos movimentos sociais, que passaram a ocupar a esfera pública com novos sujeitos, repertórios e pautas, que modificaram substantivamente a cena política brasileira.

35

Na última década, contudo, as esquerdas vivenciaram novamente a experiência da derrota. A conjuntura política que se seguiu às manifestações de junho de 2013 – que assistiu ao fortalecimento de grupos de extrema-direita, ao processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e a prisão de Lula, seguida da chegada ao governo federal de Michel Temer e de Jair Bolsonaro – configurou um cenário desolador para as forças progressistas. Para além do crescimento das direitas em âmbito institucional – vencendo eleições municipais e estaduais, e ocupando um espaço ainda mais



relevante no Congresso Nacional –, houve também uma maior legitimação para que discursos conservadores e reacionários pudessem avançar na esfera pública e na sociedade civil. Contudo, apesar do contexto desfavorável, as esquerdas conseguiram resistir e construir espaços de mobilização de organização. A eleição de Lula em 2022, derrotando Jair Bolsonaro, abriu um novo cenário para as esquerdas, ainda que a conjuntura política permaneça adversa.

36

A vitória de Lula ocorreu em um cenário político complexo e só foi possível a partir da organização de uma frente ampla, que mobilizou setores da centro-direita, como Geraldo Alckmin, candidato a vice, que se filiou ao PSB. Sua vitória se deu por uma pequena margem de votos, evidenciando a força de Bolsonaro e do bolsonarismo na sociedade brasileira. Desde que assumiu o governo, o presidente tem buscado implementar agendas progressistas – a exemplo da criação do Ministério dos Povos Indígenas –, mas, além de ter que se equilibrar diante das pressões pela manutenção de uma política mais neoliberal na economia, se viu obrigado a que enfrentar logo no início do mandato a tentativa de um golpe, com a invasão do Congresso Nacional, em 08 de janeiro de 2023. Além disso, Lula e as forças progressistas se encontram diante de desafios conjunturais de difícil resolução, relacionados, por exemplo, às dificuldades para lidar com um Congresso Nacional majoritariamente conservador – controlado pelo chamado “Centrão” –, cujos poderes se fortaleceram sobremaneira ao longo dos últimos anos, em uma lógica que problematiza o “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 2018), que orientava as relações entre Executivo e Legislativo, e no qual os partidos de esquerda possuem representação reduzida.

Para além da necessidade de uma renovação, que aponte para um cenário do “pós-Lula” como principal liderança do campo pro-



gressista, um dos maiores desafios para as esquerdas brasileiras na atual conjuntura permanece ligado à preservação da democracia e ao enfrentamento das extremas-direitas. Ainda que as instituições democráticas tenham resistido à tentativa de golpe, os enfrentamentos relacionados à crise democrática permanecem relevantes, sobretudo em um contexto internacional marcado pelo fortalecimento da extrema-direita. No caso do Brasil, em particular, esses desafios devem ser pensados de modo historicizado, tendo-se em vista as experiências golpistas de 1937, 1964 e 2018, que, a despeito de suas particularidades e diferenças, impactaram sobretudo os movimentos sociais progressistas e os partidos políticos de esquerda, como o PCB, o PTB e o PT. Nesse sentido, as esquerdas no país se encontram diante da necessidade de construir frentes amplas capazes de proteger as instituições democráticas – o que, nem sempre, é possível diante do apoio que setores liberais têm dado a forças autoritárias em diferentes momentos da história brasileira – e, ao mesmo tempo, avançarem em propostas de médio e longo prazo, que contribuam com os processos de democratização política e social do país.

37

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALONSO, Angela. *Treze: A política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo, Boitempo, 2014.



- ARAÚJO, Maria Paula. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- CALHOUN, Craig; DERLUGUIAN, Georgi. *The Deepening Crisis: Governance Challenges after Neoliberalism*. Social Science Research Council, New York University, 2011.
- CARDOSO, Adalberto. *Sindicatos, Trabalhadores e A Coqueluche Neoliberal: A Era Vargas Acabou?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CODATO, Adriano et all. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião et. all (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 115-143.
- DELLA PORTA, Donatela. *Social Movements in Times of Austerity: Bringing Capitalism Back Into Protest Analysis*. Cambridge, 2015.
- FALUDI, Susan. *Backlash: The Undeclared War Against Women*. New York: Crown Publishers, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, v. 10, p. 80-108, 2018.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, v. 09, p. 05-74, 2017.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition: a Political-Philosophical Exchange*. London: Verso, 2003.



- FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. *Va-ria História*, v. 30, p. 287-308, 2014.
- FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 119-161.
- GALVÃO, Andréia. “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula”. *Outubro* (São Paulo), v. 18, p. 175-197, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- _____. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. 9ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- GONÇALVES, Leandro P.; NETO, Odilon Caldeira. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATI, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.
- LIMA, Maria Regina Soares de (Org.). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro,



Editora IUPERJ, 2008.

- LIMONGI, Fernando. *Operação Impeachment: Dilma Rouseff e o Brasil da Lava Jato*. São Paulo: Todavia, 2023.
- LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 124, p. 652-664, 2015.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade. A trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- MOTTA, RODRIGO Patto Sá et. all (Orgs.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019.
- MÜLLER, Angélica. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões: Revista de História da UFES*, v. 32, p. 128-147, 2014.
- 40 MÜLLER, Angélica & IEGELSKI, Francine. História do tempo presente: mutações e reflexões. In: MULLER, A.; IEGELSKI, F. (Org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022, p. 9-26.
- NAPOLITANO, Marco. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): um balanço historiográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.58, p. 35, 2014.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. São Paulo: Zahar, 2020.
- NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2019.
- PERLATTO, Fernando. *Esferas públicas no Brasil: teoria social, públicos subalternos e democracia*. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- _____. Estado e sociedade no Brasil, do petismo ao lulismo: corporati-



- vismo, concertação e participação. In: Luciano Aronne de Abreu; Marco Aurélio Vannucchi. (Org.). *Corporativismos ibéricos e latino-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 371-393.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014
- PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2008.
- REIS, Daniel Aarão. A constituição cidadã e os legados da ditadura. *Locus*, v. 24, p. 277-297, 2018.
- REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Breve História do ‘Comunismo Democrático’ no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 261-281.
- RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão et all. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, Mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.
- ROCHA DE BARROS, Celso. *PT, Uma História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 17(49), pp. 71-92, 2002.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*.



São Paulo, Boitempo, 2009.

SALES, Jean Rodrigues. *Entre a revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)*. São Paulo: Edusp, 2020.

SALLUM Jr. Brasília. *O impeachment de Fernando Collor. Sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

SECCO, Lincoln. *História do PT: 1978-2010*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SENTO-SÉ, J. T. L. Um Encontro em Lisboa. O Novo Trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 429-450.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

42

_____. *O lulismo em crise: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985). In: Ferreira, Jorge; Neves Delgado, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, v. 04, p. 313-357.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. et all (Orgs.). *Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas*. Recife: EDUPE, 2023.

VISCARDI, Cláudia; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O Tempo da Nova República*. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 447-477.

WAMPLER, BRIAN; AVRITZER, Leonardo. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: NOBRE, Marcos; COELHO, Vera (Orgs). *Participação e delibera-*



ção: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo São Paulo: Editora 34, 2004, p.210-238.